A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

ELIANA NASCIMENTO DE SOUSA BARBOSA

RESUMO
O presente estudo analisa a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com foco nos desafios práticos e nas perspectivas da mediação pedagógica em ambientes escolares regulares. A primeira infância é compreendida como um período crucial para o desenvolvimento humano, tornando a escola regular o espaço primordial para a socialização, o acolhimento das diferenças e a estimulação precoce necessária para o desenvolvimento cognitivo e social. O objetivo central deste artigo consiste em compreender como a atuação intencional do professor e a organização estratégica do ambiente escolar podem favorecer o aprendizado, a comunicação e o sentimento de pertencimento do aluno autista no ensino comum. A problemática investigada aborda as barreiras pedagógicas, os preconceitos estruturais e a frequente carência de formação específica que dificultam a efetivação dos direitos educacionais e a inclusão plena no cotidiano escolar. Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em autores contemporâneos cujas obras foram publicadas prioritariamente entre 2020 e 2025. Os resultados indicam que a mediação pedagógica qualificada, aliada ao uso de recursos visuais e à estruturação de rotinas previsíveis, atua como ferramenta indispensável para reduzir a ansiedade e promover a autonomia funcional da criança. Observou-se que a adaptação curricular não deve ser vista como uma simplificação de conteúdo, mas como um ajuste metodológico que respeita o ritmo de cada estudante. Verificou-se, ainda, que a organização do espaço físico, visando a redução de estímulos sensoriais excessivos, contribui diretamente para a regulação emocional do aluno com TEA. Considera-se que a inclusão efetiva depende de uma rede de apoio robusta que envolva a gestão escolar, a formação continuada dos docentes e a parceria estreita com as famílias. Ao valorizar a singularidade de cada estudante, a Educação Infantil cumpre seu papel social de promover a equidade e celebrar a diversidade como um valor fundamental para o desenvolvimento humano, transformando desafios estruturais em oportunidades de aprendizado coletivo e construção de uma sociedade mais justa. Conclui-se que o sucesso do processo inclusivo está intrinsecamente ligado à sensibilidade docente e à capacidade da instituição em remover as barreiras que impedem o acesso ao conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Infantil. Inclusão Escolar. Mediação Pedagógica. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico que impactam a comunicação, a interação social e o comportamento, exigindo estratégias educacionais específicas desde os primeiros anos de vida. No contexto brasileiro, a Educação Infantil representa a porta de entrada para a escolarização e o primeiro ambiente de socialização ampliada da criança, tornando-se o cenário ideal para a implementação de práticas inclusivas. Conforme aponta Chiote (2023), a mediação pedagógica assume um papel central nesse processo, não se limitando apenas à presença do aluno em sala de aula, mas sim à construção de estratégias que favoreçam a interação social. A inclusão escolar, garantida por lei, propõe que todos os estudantes tenham acesso ao ensino regular, mas a efetivação desse direito para crianças autistas ainda enfrenta barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas que precisam ser discutidas exaustivamente.

A organização do espaço escolar e a flexibilização do currículo na Educação Infantil são elementos fundamentais para que a inclusão seja efetiva e não apenas protocolar no dia a dia das instituições. Santos (2019) aponta que os desafios da escola pública brasileira perpassam pela necessidade de formação continuada dos profissionais e pela carência de recursos multifuncionais que auxiliem no suporte pedagógico necessário ao

desenvolvimento infantil. Busca-se compreender como o papel do professor e a organização do ambiente escolar podem favorecer o desenvolvimento integral desses alunos, superando a visão meramente assistencialista que muitas vezes impera no sistema educacional. Para isso, a pesquisa foca na identificação de estratégias que potencializem a aprendizagem e a socialização, considerando as especificidades sensoriais e cognitivas que o espectro apresenta durante a primeira infância.

O problema que norteia esta investigação reside na dificuldade de transpor as diretrizes legais da inclusão para a prática cotidiana das salas de aula, onde a teoria muitas vezes diverge da realidade encontrada pelos docentes. De acordo com Paula e Peixoto (2019), muitos professores sentem-se inseguros ao lidar com comportamentos específicos do autismo, o que pode levar a um isolamento da criança dentro da própria sala de aula comum. Questiona-se de que forma a falta de formação continuada e a carência de recursos específicos interferem na qualidade da mediação pedagógica oferecida ao aluno com TEA durante suas atividades rotineiras. Muitas vezes, a criança está presente fisicamente na escola, mas permanece isolada das interações com seus pares, o que levanta a necessidade de discutir quais intervenções são realmente eficazes para promover o engajamento desses estudantes.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na urgência de qualificar o debate sobre a educação especial na perspectiva inclusiva, visto que o número de diagnósticos de autismo tem crescido exponencialmente nas redes de ensino. É essencial fornecer subsídios teóricos que auxiliem os educadores a compreenderem que a inclusão beneficia não apenas o aluno com deficiência, mas toda a comunidade escolar ao promover o respeito à diversidade humana. Além disso, a produção de conhecimento sobre a mediação pedagógica na primeira infância contribui para a construção de uma escola mais equitativa e preparada para lidar com as múltiplas linguagens e singularidades. Ao analisar estas práticas, o trabalho colabora para a disseminação de estratégias que visam a autonomia e o pleno desenvolvimento da criança autista.

A metodologia adotada para a construção deste documento consiste em uma revisão bibliográfica de natureza quali-

recentes nas políticas públicas de educação inclusiva.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção do material bibliográfico focaram em obras que discutissem diretamente os desafios do "fazer docente" e a importância da mediação pedagógica qualificada. Foram descartados textos que tratavam o autismo sob uma perspectiva estritamente clínica ou médica, priorizando-se autores que analisam o transtorno sob o viés educacional e social. Essa filtragem assegurou que o referencial teórico mantivesse coerência com os objetivos do trabalho, permitindo um diálogo consistente entre as teorias pedagógicas e a realidade das instituições de ensino voltadas para a educação de crianças pequenas.

A análise do material coletado ocorreu de forma sistemática, envolvendo a leitura integral dos textos selecionados e a identificação de convergências e divergências entre os autores consultados sobre o tema. As informações foram organizadas em categorias temáticas, como barreiras na escola pública, formação de professores e estratégias de inclusão, facilitando a construção de uma narrativa teórica sólida e articulada. Esse procedimento de análise documental garantiu que as conclusões do trabalho estivessem amparadas em evidências científicas e em relatos de experiências pedagógicas exitosas registradas na literatura especializada da área de educação especial.

Por fim, a redação do texto final buscou integrar as vozes de diferentes especialistas, como Chiote (2023), Santos (2019) e Silva et al. (2025), para oferecer uma visão panorâmica e crítica sobre a inclusão. A metodologia de revisão bibliográfica possibilita que este documento sirva como um guia de consulta para outros profissionais da educação que buscam fundamentação para suas práticas cotidianas. Assim, o rigor metodológico aplicado na seleção e análise das fontes confere validade ao estudo, permitindo que as discussões sobre a mediação pedagógica na Educação Infantil contribuam para o fortalecimento de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil demanda um olhar atento às especificidades do desenvolvimento e às barreiras pedagógicas presentes no cotidiano. De acordo com Chiote (2023), a mediação pedagógica assume um papel central nesse processo, não se limitando apenas à presença do aluno em sala de aula, mas sim à construção de estratégias que favoreçam a interação social e

do ensino e a qualidade das práticas pedagógicas atuais. De acordo com Nascimento e Mira (2021), os desafios enfrentados pelas instituições de ensino são acentuados pela necessidade de uma infraestrutura que suporte as demandas sensoriais e cognitivas desses estudantes. Os autores argumentam que a escola deve transpor a barreira da integração física para alcançar a inclusão real, o que implica em repensar desde a organização do tempo escolar até a seleção de materiais didáticos que permitam a participação ativa da criança nas atividades propostas pelo professor regente.

O fazer docente com a criança autista requer, primordialmente, uma sensibilidade aguçada para as diferentes formas de expressão que não passam necessariamente pela linguagem verbalizada. Turibi e Santos (2019) salientam que um dos maiores desafios é a barreira da comunicação, que exige do professor a busca por métodos alternativos e o uso de suportes visuais que facilitem a compreensão das rotinas. Quando o docente se dispõe a aprender com o aluno, o ambiente da sala de aula se transforma em um laboratório de experiências inclusivas, onde o planejamento é constantemente revisado para atender às demandas emergentes da criança, garantindo que ela se sinta pertencente ao grupo.

A prática pedagógica voltada para o aluno autista demanda um planejamento flexível e pautado na observação cons-

que valorize a diferença em vez de tentar normalizá-la, a escola cumpre sua missão de formar cidadãos mais empáticos e preparados para o convívio social. A inclusão efetiva é, portanto, um convite à inovação pedagógica e ao fortalecimento de uma ética educacional que celebra a singularidade como riqueza.

A FORMAÇÃO DOCENTE COMO PILAR DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação dos profissionais da educação é o ponto de partida para que a inclusão de crianças com autismo deixe de ser uma diretriz abstrata e se torne uma prática pedagógica concreta. De acordo com Silva et al. (2025), a preparação técnica e teórica do professor regente é o que permite a desconstrução de estigmas e a adoção de posturas mais acolhedoras diante da neurodiversidade. Sem o suporte de uma formação continuada que discuta as especificidades do Transtorno do Espectro Autista, o educador pode sentir-se inseguro, o que muitas vezes resulta em práticas de exclusão velada ou na simples permanência física do aluno em sala de aula sem a devida mediação pedagógica intencional para o seu desenvolvimento.

Os desafios da formação docente na escola pública brasileira são acentuados pela necessidade de compreender o autismo sob uma perspectiva educacional e social, superando o antigo modelo puramente clínico. Santos (2019) argumenta que o professor da Educação Infantil precisa de subsídios que o auxiliem a organizar o tempo e o espaço de forma a contemplar as múltiplas linguagens infantis. A formação deve proporcionar momentos de reflexão sobre o "fazer docente", permitindo que o profissional identifique quais estratégias de comunicação e comportamento são mais eficazes para cada estudante, entendendo que a inclusão qualifica não apenas o atendimento ao aluno com TEA, mas enriquece a experiência pedagógica de toda a turma.

A segurança do professor no manejo de situações cotidianas, como crises sensoriais ou dificuldades de interação social, está diretamente ligada ao acesso a conhecimentos atualizados sobre o espectro. Paula e Peixoto (2019) ressaltam que a insegurança docente é um dos principais entraves para a construção de um currículo flexível na primeira infância. Quando a instituição de ensino investe em capacitação e promove o diálogo entre a equipe escolar e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor sente-se amparado para inovar em suas práticas. Esse suporte técnico é fundamental para que o educador consiga planejar atividades que respeitem o ritmo biológico e cognitivo do aluno autista, garantindo-lhe o direito de aprender e brincar.

As práticas inclusivas na Educação Infantil exigem que o professor desenvolva uma escuta sensível e uma observação criteriosa sobre as potencialidades de cada criança. Segundo Suassuna (2021), a formação continuada deve incentivar o docente a atuar como um pesquisador de sua própria prática, buscando constantemente novas metodologias que favoreçam o engajamento do aluno com autismo. A mediação pedagógica, nesse contexto, deixa de ser uma tarefa mecânica para se tornar uma ação criativa, onde o professor adapta materiais e utiliza recursos visuais que facilitam a compreensão da rotina escolar. O investimento no capital humano da escola é, portanto, a estratégia mais eficaz para garantir que a inclusão ocorra de forma ética e transformadora.

Por fim, a formação docente deve contemplar a importância da parceria colaborativa entre a escola e as famílias das crianças com Transtorno do Espectro Autista. Silva, Silva e Melo (2025) reforçam que o professor precisa estar preparado para estabelecer um canal de comunicação empático com os responsáveis, integrando os saberes domésticos ao planejamento escolar. Quando o educador compreende os gatilhos e os interesses específicos da criança através do relato familiar, as intervenções em sala de aula tornam-se muito mais assertivas. Conclui-se que uma formação sólida e contínua é o que sustenta a resiliência docente frente aos desafios da diversidade, consolidando a Educação Infantil como um espaço de equidade e pleno desenvolvimento humano para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos permitiu identificar que o principal desafio enfrentado pelos educadores na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) reside na lacuna entre

as diretrizes legais e a prática efetiva no chão da escola. Os resultados apontam que, embora a matrícula seja garantida, a permanência com qualidade depende intrinsecamente da formação continuada do corpo docente e da adaptação do ambiente escolar. Observou-se nas obras de Santos (2019) e Silva et al. (2025) que a carência de recursos multifuncionais e a falta de apoio especializado em sala de aula são barreiras que sobrecarregam o professor regente, dificultando a implementação de uma mediação pedagógica que atenda às especificidades sensoriais e cognitivas de cada aluno individualmente.

No que tange às estratégias de mediação, os resultados demonstram que a utilização de recursos visuais e a estruturação de rotinas previsíveis são as ferramentas com maior impacto positivo no desenvolvimento da autonomia da criança autista. A discussão teórica fundamentada em Chiote (2023) e Suassuna (2021) corrobora a ideia de que o professor deve atuar como um facilitador da comunicação, interpretando as linguagens não verbais e traduzindo o ambiente escolar para o aluno. Quando a escola adota suportes visuais e cronogramas de atividades, os episódios de ansiedade e as crises comportamentais diminuem drasticamente, permitindo que a criança se sinta segura para explorar o espaço e interagir com seus pares de forma mais espontânea e prazerosa.

Outro ponto relevante discutido nos resultados é a importância fundamental da parceria entre a instituição de ensino e a família do aluno com TEA. O diálogo constante entre professores e responsáveis permite uma troca de saberes que beneficia diretamente o planejamento pedagógico, uma vez que a família detém informações valiosas sobre os gatilhos e os interesses da criança. Conforme discutido por Silva, Silva e Mélo (2025), essa sinergia fortalece a rede de proteção e desenvolvimento, garantindo que as intervenções realizadas na escola tenham continuidade no ambiente doméstico. A inclusão, portanto, deixa de ser um esforço isolado do educador para se tornar um compromisso coletivo de todos os atores envolvidos no processo de crescimento do estudante.

A análise dos textos de Paula e Peixoto (2019) e Nascimento e Mira (2021) revela que a inclusão bem-sucedida na Educação Infantil exige uma mudança de paradigma: sair do foco na deficiência e focar nas potencialidades. Os resultados indicam que, quando as atividades são planejadas de forma flexível e lúdica, respeitando o tempo de cada criança, o aluno autista apresenta avanços significativos na socialização e na aquisição de novas habilidades. A discussão ressalta que a neurodiversidade deve ser vista como um elemento enriquecedor para toda a turma, promovendo o aprendizado da empatia e do respeito mútuo entre as crianças sem deficiência, o que qualifica o ambiente escolar como um todo de maneira democrática.

Por fim, os resultados evidenciam que a formação docente não deve ser apenas técnica, mas também atitudinal, combatendo o preconceito e a visão clínica que muitas vezes rotula o aluno autista. A discussão final, amparada em Turibi e Santos (2019) e Crepaldi e Baumer (2019), reforça que a mediação pedagógica é um processo dinâmico que exige do educador uma postura investigativa e resiliente. Conclui-se que as possibilidades de inclusão são ampliadas quando a escola pública e privada investe em políticas de acolhimento e na remoção de barreiras atitudinais. O sucesso do processo inclusivo na Educação Infantil está, portanto, diretamente ligado à capacidade da escola de se reinventar diariamente para atender à pluralidade humana com ética e compromisso social.

CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil revela-se como um processo dinâmico que exige a superação de barreiras pedagógicas e atitudinais consolidadas historicamente. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a matrícula regular é apenas o primeiro passo de uma jornada que demanda mediação qualificada e intencionalidade educativa por parte de todos os envolvidos. A análise realizada demonstrou que, quando a instituição de ensino se propõe a ser um espaço de acolhimento genuíno, o aluno encontra oportunidades reais de desenvolvimento social e cognitivo. A primeira infância, por ser uma fase de intensas plasticidades e descobertas, torna-se o cenário ideal para que a inclusão seja vivenciada

como um valor fundamental e não apenas como uma obrigação legal imposta às instituições de ensino. É nesse estágio que as bases para uma convivência harmoniosa e para o respeito às diferenças são estabelecidas de forma mais sólida e duradoura.

Os desafios identificados no cotidiano escolar, como a carência de formação continuada e a falta de recursos específicos, não devem ser interpretados como impedimentos intransponíveis, mas como pontos de partida para a inovação do fazer docente. A preparação técnica e emocional do professor é o alicerce que permite transformar a ansiedade diante do desconhecido em estratégias pedagógicas assertivas e humanizadas dentro da sala de aula. É urgente que as políticas públicas avancem no suporte efetivo às redes de ensino, garantindo que o educador não atue de forma isolada, mas sim amparado por uma rede multidisciplinar e por recursos que favoreçam a acessibilidade curricular. A inclusão efetiva pressupõe que o ambiente escolar se adapte às necessidades da criança, e não o contrário, respeitando o ritmo próprio e a singularidade de cada estudante durante todo o processo educativo.

A mediação pedagógica surge como a ferramenta mais potente para promover o engajamento do aluno com autismo nas rotinas escolares e nas interações com seus pares. O uso constante de suportes visuais, a estruturação cuidadosa do ambiente físico e a flexibilização das atividades lúdicas são caminhos que conferem previsibilidade e segurança, elementos vitais para o bem-estar da criança. O professor mediador atua como um facilitador do mundo social, promovendo conexões que, sem a devida intervenção planejada, poderiam não ocorrer de forma espontânea ou satisfatória. Dessa forma, a prática docente inclusiva acaba por qualificar o ensino para toda a turma, pois ensina a todos os alunos a conviverem com a diferença e a valorizarem as múltiplas formas de ser, de agir e de aprender no coletivo.

A parceria com a família consolidou-se, nesta investigação, como um pilar indispensável para o sucesso da trajetória escolar na etapa da Educação Infantil. A troca de informações entre o ambiente doméstico e a escola permite que as estratégias de autorregulação e comunicação sejam coerentes e eficazes em ambos os contextos de vida da criança. Quando a escola valoriza o saber dos pais e os inclui no processo de planejamento e acompanhamento, cria-se uma rede de apoio que fortalece a confiança do aluno e otimiza os resultados das intervenções pedagógicas realizadas. O diálogo constante é o que permite personalizar o atendimento e garantir que as potencialidades do estudante sejam exploradas ao máximo, respeitando sempre os seus limites sensoriais e emocionais dentro das atividades propostas pelo grupo.

Em suma, a inclusão do aluno com autismo na Educação Infantil representa um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e plenamente democrática para todos os cidadãos. As perspectivas apontadas indicam que o futuro da educação inclusiva depende da capacidade das instituições em desconstruir visões puramente clínicas e focar nas capacidades humanas e no potencial de aprendizado de cada indivíduo. Este trabalho cumpre seu objetivo ao sistematizar os desafios e as possibilidades da mediação pedagógica, oferecendo uma base teórica sólida para que novas práticas sejam desenvolvidas no chão da escola. Conclui-se que a celebração da diversidade na primeira infância é a semente necessária para uma convivência social mais empática, onde o direito à educação de qualidade seja uma realidade acessível a todas as crianças, sem distinções.

REFERÊNCIAS

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica. Digitaliza Conteúdo, 2023.

CREPALDI, Janaína; BAUMER, Édina Regina. Inclusão do autista na Educação Infantil. Revista Saberes Pedagógicos, v. 3, n. 1, p. 68-86, 2019.

NASCIMENTO, Myslene Gomes do; MIRA, Victor da Penha. Desafios e possibilidades do aluno autista na Educação Infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 1152-1163, out. 2021.

PAULA, Jessyca Brennand; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, São Carlos, v. 13, n. 26, p. 74-86, 2019.

SANTOS, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila. Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Daiana Kelle Melo da et al. Inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil: desafios e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 4023-4040, dez. 2025.

SILVA, Monique Eva da; SILVA, Manuelly Julliane da; MÉLO, Davi Libânio de. Os desafios da inclusão da criança autista na Educação Infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 11, p. 922-938, nov. 2025.

SUASSUNA, Janieli de Souza Santos. Inclusão escolar de alunos com autismo na educação infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 7, p. 1417-1429, jul. 2021.

TURIBI, Anne Caroline Pedroso; SANTOS, Lucilene Pacheco. Inclusão na Educação Infantil: desafios e perspectivas no fazer docente com criança autista. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 4., 2019, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019.